

ANC 88  
Pasta 77/79  
077/1977

O GLOBO

1 OUT 1977

# Ex-Ministro de Goulart, contra a Assembleia Constituinte

BRASILIA (O GLOBO) — Em carta escrita no dia 20 ao Senador Paulo Brossard (Arena-RS) e divulgada ontem, em Brasília, pelo secretário geral do MDB, Deputado Thales Ramalho, o ex-Ministro da Agricultura do Governo Goulart, Osvaldo Lima Filho, se manifesta contrário à campanha pela convocação da Constituinte, que ele considera um "sonho utópico".

Lima Filho, que é também ex-deputado (cassado), diz que, com a autoridade de quem sempre se opôs "ao regime autoritário", se julga no dever de advertir: "é hora de conciliação nacional".

O Deputado Thales Ramalho explicou que divulgou a carta não com o propósito de esvaziar a campanha pela Constituinte, mas para atender a um pedido de Lima Filho contido no fim da carta. Acrescentou que o destinatário, Senador Paulo Brossard, autorizou a divulgação.

É esta a carta de Osvaldo Lima Filho, a Brossard:

"Durante a visita com que me honrou o ilustre parlamentar quando da enfermidade que me retivera no leito, tive oportunidade de lhe afirmar que, houvesse democracia no Brasil, eu e meus companheiros nos considerariamos engajados na campanha pela sua eleição à Presidência da República, posto em que suas qualidades pessoais honrariam o País."

"Louvei o trabalho da comissão do MDB encarregada de redigir o manifesto pela Constituinte e até o seu estilo, o que é tarefa reconhecidamente difícil em trabalho literário coletivo, como uma expressão justa das aspirações de democracia e justiça social do povo brasileiro.

"Todavia afirmo que não seria sincero se não fizesse uma advertência, que agora estendo por seu intermédio a direção nacional do MDB, partido de que tive a honra de ser um dos fundadores ao lado de companheiros como o General Oscar Passos, Franco Montoro, Ulisses Guimarães, Martins Rodrigues, Artur Virgílio, Cid Carvalho, Chagas Rodrigues, Ozires Pontes, Odilon R. Coutinho, Humberto Lucena, Andrade Lima, José Ermírio, Aurélio Viana, Josafá Marinho, Breno Silveira, Edgard da Mata Machado, Tancredo Neves, Alceu Carvalho, Antônio Annibelli, Floriceno Paixão, Lino Braun, Mariano Beck, Vitor Issler, Walter Giordano, Zaire Pereira, Osmar Grifulha, Unirio Machado e tantos outros, vítimas de suspensão dos direitos políticos, outros já ceifados pela morte.

"Temo que a execução da campanha pela Constituinte possa converter-se no pretexto ideal para a ação dos radicais de direita abroqueados no "sistema", onde vivem a denunciar a existência de uma "guerra revolucionária", sabendo ao certo que as Forças Armadas, pela coesão e posse de moderníssima tecnologia militar, e o Governo, como senhor da massa média (tv e rádio) tem o domínio incontestável do poder.

"Ora, a Constituinte é realização do grupo social que alcança o poder, nos diz fielmente a História. "A sabedoria oriental de Mao-Tsé-Tung, mestre do saber revolucionário, ao instalar uma ditadura que há 49 anos dirige a China, já proclamou o truismo: "O poder é uma flor que nasce no cano do fuzil".

"Enquanto isso a República de Weimar dos sonhos do nosso mestre Hans Kelsen, desamparada dos fuzis, durou o escasso período de 1919 a 1925.

"É evidente que há na Oposição líderes de grande valor moral que todavia pensam na Constituinte como possibilidade de realização dos sonhos mais utópicos.

"Por tudo isso julgo-me no dever de advertir, daqui da planície onde me encontro e com a autoridade de quem sempre se opôs ao regime autoritário: é tempo de conciliação nacional.

"Existem no MDB políticos como você, Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Amaral

Peixoto, Roberto Saturnino, Marcos Freire, Thales Ramalho, Humberto Lucena, Pedro Simon, Sérgio Murilo e tantos outros que não cabe agora enumerar nesta carta, representantes do melhor espírito de independência, equilíbrio e patriotismo, capazes de realizar essa missão histórica da conciliação nacional.

"Devemos atender ao clamor da sociedade civil através de suas instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Conferência dos Bispos, os sindicatos, os empresários e os estudantes pelo estabelecimento do Estado de Direito, já.

"Devemos reconhecer, porém, lealmente, a atividade e as manifestações de patriotas, que, militando ao lado do Governo, repetida e decididamente se têm manifestado pela abolição do arbítrio e pela adoção de uma reforma constitucional que restabeleça a democracia no País.

"Militares como os Generais Rodrigo Otávio, Osvaldo Cordeiro de Farias, Pery Bévilaqua, Coronéis como Ruy de Castro e Francisco Boaventura Cavalcanti e o Almirante Macedo Soares Guimarães ou civis como os parlamentares Teotônio Vilela, Patrônio Portela, Daniel Krieger, Célio Borja e o ex-Ministro Severo Gomes têm assumido destacada posição no movimento pela conciliação nacional, procurando alcançar a meta do Estado de Direito mediante uma reforma constitucional que elimine o AI-5 e restabeleça as garantias constitucionais.

"Eliminados o arbítrio que pesa sobre o Legislativo e o Judiciário e as ameaças à liberdade dos cidadãos, será possível erguer o primeiro patamar no qual a Nação construirá o regime democrático definitivo de justiça social e respeito à dignidade da pessoa humana.

"Nesta curva da História, cumpre esquecer os agravos do passado, como muito bem salientou o Deputado Pedro Simon, pois há tarefas urgentes a executar: o entendimento entre os líderes do Governo e da Oposição, entre civis e militares, o que é aguardado por toda a população.

"Existem cerca de cinquenta milhões de patriotas nossos condenados à esquistossomose, ao mal de Chagas, milhões de desempregados, jogados nas áreas rurais, devastadas pelo latifúndio ou marginalizados nas favelas dos grandes centros urbanos.

"Em nome desses humilhados e ofendidos que não têm voz, cumpre unir os brasileiros de boa fé num pacto social democrático que permita a tarefa titânica da emancipação econômica do Brasil pela incorporação das massas desfavorecidas que vivem no Brasil arcaico, alheios ao processo de civilização que vive o Brasil novo.

"A crise nacional que examinamos em nosso entendimento, não devo descrevê-la em homenagem à brevidade e porque ela está fielmente descrita no manifesto à Constituinte e no clamor das instituições representativas da sociedade brasileira.

"Para essa tarefa inadiável de conciliação nacional, ouso sugerir a organização de uma grande comissão de revisão constitucional integrada pelos parlamentares indicados pelos dois partidos nacionais existentes com a missão histórica de elaborar as reformas da Constituição que assegurassem de imediato, pela abolição do AI-5 e o restabelecimento do "habeas corpus", a normalidade democrática e o restabelecimento do Estado de Direito.

"O aperfeiçoamento das instituições democráticas virá em decorrência natural das aspirações e da conscientização do povo brasileiro.

"Pego ao prezado amigo sua permissão para divulgar a presente, caso necessário."